

TERRA PAPAGALLI E MEU QUERIDO CANIBAL: PERCORRENDO OS CAMINHOS DA LITERATURA E DA HISTÓRIA

Jacimara Vieira dos SANTOS¹

RESUMO: Esta pesquisa pretende investigar os intercursos da Literatura e da História em *Terra Papagalli* e *Meu querido canibal*, obras literárias contemporâneas que revisitam a História do Brasil Colônia, bem como perceber o modo como a ironia e o humor constantes nas citadas narrativas rasuram as estratégias discursivas da História oficial.

Palavras-chave: Literatura; História; Terra Papagalli; Meu Querido Canibal.

ABSTRACT: This research pretends to investigate the interchange between Literature and History in *Terra Papagalli* and *Meu querido canibal*, contemporary books that review Brazilian Colonial History, as well to perceive the way like the irony and humor presents in both narratives erases the discursive strategies of Official History.

Keywords: Literature; History; Terra papagalli; Meu querido canibal.

Os dissensos despertados pela Literatura em relação à História mostram-se, em *Terra Papagalli* e em *Meu querido canibal*, como veículos de contraposição à memória forjada no discurso oficial, revelando um hiato entre visões estereotipadas e várias representações questionáveis – o que, na perspectiva pós-colonial, não significa apenas propor uma nova versão da história, mas, também, atentar para o fato de que o dominador aciona documentos da cultura para corroborar seu lugar hierárquico.

Para dar conta da problematização da tríade *História, Literatura e Memória*, as elaborações dos Estudos Culturais apresentam-se como uma importante contribuição teórica para elucidar questões sobre a narratividade das nações, os encontros, os choques e os hibridismos entre as culturas, assim como possibilitam investigar as representações culturais e as suas implicações subjacentes.

A fim de desenvolver análises e reflexões sobre História e Literatura, pretende-se recorrer às teorias que tratam da Meta-história e de seus entrelaçamentos, e, também, aos postulados da Teoria e da Historiografia Literárias, perpassando, ainda, outros caminhos interdisciplinares.

A ampliação vertiginosa dos campos interdisciplinares e transdisciplinares a que assistimos nos últimos tempos estimula cruzamentos temáticos complexos e importantes.

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Federal da Bahia.

Deste modo, as considerações em torno da História e da Literatura abrem espaço para que possamos examinar seus pontos de aproximação e de distanciamento, havendo, provavelmente, uma maior incidência de eventos que reforçam mais a primeira em detrimento do segundo.

Ao se arrogar o título de verdade, amparada, principalmente, por seu estatuto de Ciência, a História suscita a aceitação de seus postulados sem maiores precauções, em detrimento da Literatura, que por seus enlevos imaginativos e ficcionais é passível de certo desprestígio enquanto forma de apreensão e de interpretação da história, tendo na verossimilhança o ponto de sua suposta vulnerabilidade. Entretanto, faz-se presente a necessidade de interrogar-se acerca desses preceitos, uma vez que o modelo verbal, na narrativa histórica, passa por uma textualidade como estratégia de explicações, indicando vários pontos de comunicação com a Literatura.

Por outro lado, também a ficção literária utiliza-se de rastreamentos históricos e age retroativamente na memória historiográfica oficial, propondo e fomentando releituras e investigações. Em *Terra Papagalli* e *Meu querido canibal* encontramos subsídios para analisar os intercursos da Literatura da e História, perscrutando as narrativas acerca da vida do Brasil Colônia em seus primeiros tempos, tornando viável a possibilidade de redefinição da relação significativa com um presente disjuntivo e com as versões oficiais acerca do passado. Com isso, vislumbramos versões que pedem reflexões acerca das marcas que a colonização instaura no Brasil e, por conseguinte, no jogo dinâmico entre a memória e o esquecimento que fazem parte de todo esse processo, tendo como um relevante recurso discursivo a ironia.

Retomando o referencial histórico acerca do processo de colonização do Brasil, encontramos nas duas obras sobre as quais se pretende tratar (*Terra papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta; e *Meu querido canibal*, de Antônio Torres) substratos para nossa análise, pois que se apresentam enquanto potenciais desencadeadores de ruptura e questionamentos acerca da História oficial: *Terra Papagalli* põe em xeque o projeto colonial português em terras brasileiras, recorrendo ao humor e à ironia, anunciando em seu subtítulo: *narração para preguiçosos leitores da luxuriosa, irada, soberba, invejável, cobiçada e gulosa história do rei do Brasil*, em que pese nossa atenção aos pecados capitais aludidos, como a desafiar o caráter cristão-católico sob o qual se assentavam as pretensões coloniais de Portugal. Coadunando com tais aspectos, *Meu querido canibal* recua temporalmente ao século XVI para propor uma revisão da História oficial, sem temer reintegrar a etnia indígena através de seu personagem central, o índio Cunhambebe, agindo na direção de uma re-significação da memória do vencidos. Desafiando a suposta (e Positivista)

noção de objetividade da História, Antônio Torres assume suas tendências e suas simpatias, renunciando sua predileção (*Meu querido*) e fazendo uso recorrente, em sua narrativa, do advérbio *presumivelmente*. O percurso narrativo de Torres passa pelos documentos oficiais, embebe-se da oralidade dos remanescentes das comunidades indígenas alocadas no Rio de Janeiro nos tempos atuais e revela seu trajeto no final do romance, no excerto *Leituras canibalizadas*, aduzindo ao teor antropofágico também vislumbrado em *Terra Papagalli* – sinal de contato importante frente às intenções de nosso trabalho.

Os elementos que formam as estruturas da subjetividade de uma época, em uma dada cultura, implicam certo enquadramento da realidade, de modo que as proposições que emanam do discurso oficial ganham, nessa realidade, o valor de verdades inquestionáveis. Os imbricamentos entre História e ficção nos romances aludidos mostram-se, assim, como meios de refletir acerca dos processos móveis de significação e re-significação dos sujeitos históricos.

Temos, pois, que a dúvida é a grande inimiga da História uma vez que desestabiliza a noção de Verdade:

Nova crueldade da história que coage a inverter a relação e a abandonar a busca “adolescente”: atrás da verdade sempre recente, avara e comedida, existe a proliferação milenar dos erros. Mas não acreditemos mais “que a verdade permaneça verdadeira quando se lhe arranca o véu; já vivemos bastante para crer nisso”. A verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável (Foucault, 1979, p.19).

A idéia de verdade como um conceito único, como única possibilidade interpretativa válida é uma herança do Positivismo que, por seu turno, atraiu e envolveu os campos de saber, especialmente àqueles que eram aspirantes ao posto de saber científico.

Ainda que guardando estreitas relações com o poder, Foucault adverte que o problema não está em somente criticar as filiações ideológicas e os comprometimentos da verdade com o poder, mas em “constituir uma nova política da verdade” (p.14).

A História reclama seu lugar entre as Ciências, fazendo corresponder às exigências formais de métodos, objetos, procedimentos e, obviamente, critérios de verdade. É ainda sobre o conceito de Verdade que Foucault (1979, p.) afirma que: “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem “Regime” da verdade”.

Todavia, a verdade factual foi, por muito tempo, a verdade histórica. Quanto a isso, em seu sentido descritivo, a verdade aparecia como algo objetivo e incontestável, pois que se fazia a partir de fatos, datas e personalidades. O apoio fornecido pelos indícios históricos compostos por fontes e documentos (de natureza formal, escrita, materialmente dada) formava uma outra aresta dessa verdade.

Por conseguinte, se as personalidades históricas têm sua existência comprovada, o raciocínio pode se estender aos epítetos e à narratividade histórica que deles se possa dizer. Trata-se de um raciocínio sofismático, se observado mais minuciosamente, mas os questionamentos sobre esta fragilidade da verdade histórica foram, por muito tempo, desestimulados ou inexistentes.

A literatura, em seus enlevos ficcionais, trará um incômodo à verdade histórica. Quando se cria uma idéia de Realismo dentro da teoria e da crítica literárias está-se simultaneamente atendendo ao dispositivo de justificar as incontáveis paridades que a ficção tem com a realidade. Claro que a taxionomia não dará conta da complexidade da relação Ficção – História, pois que classificar não significa entender, mas tentar enquadrar e fornecer uma resposta parcial que sirva de freio ao estranhamento.

Não obstante, é de forma irônica que o narrador de *Terra Papagalli* afirma:

Por fim, espero ainda fartar a fome de vossa mente, que com certeza muito anseia pelas singularidades do mundo e pelas novidades dos povos. E digo que não vos servirei descabidas mentiras e gigantescos exageros, como fazem alguns escritores pensando em tirar dinheiro dos tolos, mas antes alimentarei vossa mente com fatos verdadeiros que, por serem reais, nos atiçam mais a curiosidade que a mais fantástica lenda (Torero e Pimenta, 2000, pp.7-8).

Neste falso prefácio daquilo que é anunciado aos leitores como carta e não como livro, o narrador astuciosamente movimentava a noção de verdade, pois que um livro pode ser verossímil, fantasioso, fabuloso, ficcional, dentre outros adjetivos que não indicam a precisão e exatidão da verdade, contrapondo-se à carta enquanto relato verdadeiro.

As descabidas mentiras a que estaríamos sujeitos mediante a artilosidade criativa de alguns autores, conforme a assertiva do narrador, seriam a manipulação da verdade com vistas aos lucros e a outras possíveis formas escusas de ganhos. O que podemos depreender é a desconfiança diante da escritura andando *pari passu* com a realidade, mas uma realidade farta em situações que por si só desafiam seu teor realista, tocando o insólito, o inesperado, a fantasia – assim, seria um indicativo de quão frágeis são os limites do real e do imaginário.

Há uma recorrente preocupação do narrador de *Terra Papagalli* em tornar seus escritos críveis:

Digníssimo senhor conde, durante a viagem que fiz pelo mar Oceano pude dispor de algum papel de palha e um resto de tinta, com que escrevi um pequeno diário de bordo. Tomarei a liberdade de acrescentar tais páginas a esta carta, pois acredito serem a mais eficaz e eloqüente descrição daqueles dias. Talvez falte um pouco de estilo na escrita, mas em troca tereis o frescor dos sentimentos *in petto* e das observações *in loco* (Torero e Pimenta, 2000, p.22).

As expressões em latim a que recorre a voz narrativa concorrem para a erudição, para o brilho da Verdade, argutamente forjados pelo romance.

Distinguir acontecimentos e seus enredamentos, diferenciar seus elementos constitutivos, perceber suas relações e inter-relações no plano da História significa abrir as análises ao campo simbólico e às possibilidades interpretativas oferecidas por outras fontes como a Literatura, o cinema, a música, as artes em geral bem como aos variados signos criados pela sociedade.

No funcionamento das engrenagens do poder, tão importante quanto distinguir os aspectos de um discurso em que se revelem sua pretensa cientificidade e veracidade, é também observar a constituição histórica da produção do efeito de verdade – dado perseguido por Michel Foucault em *Microfísica do poder* (1979).

Cosme Fernandes não deixa escapar a vulnerabilidade dos documentos históricos e nem mesmo a Bíblia, livro a que se atribui uma verdade suprema, é poupada:

O melhor de uma religião são suas fábulas e na Sagrada Escritura encontrei homens alados, burros falantes, heróis de vastas cabeleiras, cidades incendiadas, milagres, apedrejamentos, muitos assassinatos e não poucas histórias de amor e traição, de forma que não me foi difícil abraçar a fé cristã (Torero e Pimenta, 2000, p. 11).

O efeito de verdade produzido pelas Escrituras Sagradas desafia a fronteira verdade/ficção. Através de recursos da paródia – no caso, a paródia da Literatura de Informação está em primeiro plano, intercalada em meio às discussões subentendidas sobre a visão edênica das terras tropicais, às ações e intenções colonizadoras e, até certo ponto, metalinguisticamente traçando uma ponte com o pós-modernismo.

Há certo deslumbramento do colonizador pelos papagaios. As referências a estes pássaros, na literatura de época e nos compêndios sociológicos (por exemplo, em *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro) aparecem sob a denominação de papagaios falantes. Contudo, a

fala é um fenômeno humano – no caso, o papagaio faz uma certa paródia com a voz humana, imitando seus sons de modo a causar a ilusão de uma comunicação, de um poder retórico e da articulação da fala. Ao nomear o livro por *Terra Papagalli* a paródia se evidencia, deixando seu rastro humorístico.

Nos relatos bíblicos, somente após o Pecado Original os animais perderam o dom da fala. O encontro do colonizador com os pássaros falantes das terras brasileiras ajudou a firmar a idéia edênica, ao passo que na narrativa literária este mesmo evento é retomado para instaurar dissensos.

Terra Papagalli tenta dar conta da lacuna temporal existente entre o Descobrimento e a efetiva ocupação exploratória do Brasil, isto é, algo em torno de três décadas (1500-1530). Para tanto, o texto ficcional aparece como uma possibilidade de constituir a narrativa histórica. Desta forma, o diário do narrador (Cosme Fernandes), desmistifica o descobridor do país:

Foram essas as últimas palavras que ouvi em terras portuguesas antes de entrar nesta nau que vai comandada por Pedro Álvares Cabral, fidalgo que jamais capitaneou um barco, mas que está a comandar a maior esquadra já reunida em todos os tempos, com treze navas muitíssimo bem armadas (Torero e Pimenta, 2000, p. 25).

Movimentando as páginas da História, *Terra Papagalli* dissolve a Verdade instituída pela repetição de uma versão do Descobrimento.

Ao perseguir os conflitos a que a Verdade está suscetível, deparamos com algumas possibilidades de interpretação da história sob a perspectiva de um outro narrador e da sua voz de colonizado:

Infelizmente, bom conde, aí se acaba meu diário, porque no dia seguinte, quando eu estava a escrever no convés, passou por mim o próprio Pedro Álvares e tomou a folha e a pena de minhas mãos, dizendo, depois de dar-me um soco no nariz, que aquela era uma viagem mui secreta e aquilo podia servir para que espiões castelhanos descobrissem as novas terras. As páginas que eu já havia escrito, e que estavam num canto do cavername, guardei-as comigo com muito zelo por todos estes anos, e só agora, enviando-as a vós, é que me aparto delas. Continuo então a narrar minha história naquelas distantes terras, mas servindo-me agora apenas da memória. Garanto-vos que tudo será verdade, apesar de muitas páginas parecerem copiadas desses livretes de aventura que se vendem pelas feiras (Torero e Pimenta, 2000, p.43).

A violência de Pedro Álvares Cabral tem um valor metafórico análogo às várias

formas de violência praticadas pelos colonizadores.

O Brasil, neste romance – assim como na História – é um território disputado por outros povos, mas nenhum deles expressa interesses benéficos em relação a um projeto de nação, reduzindo o contato com as terras tropicais a uma experiência exploratória e predatória (neste caso, predatória da natureza extirpada em desmatamentos e contaminação dos recursos naturais, além dos referidos “aventureiros” estarem a manter, no decurso dos tempos, um contato destrutivo com as populações indígenas).

As formas de nomear as populações locais do período Colonial, seja sob o título de autóctone, índio ou nativo, mostraram-se exceder em conteúdos políticos de tratamento desdenhoso, de modo a negar a História pregressa destes indivíduos ou a apagar sua História e sua condição de agentes históricos. *Meu querido canibal* é um romance que não hesita em desconstruir os estereótipos e as versões da História sobre o papel destas populações na História do Brasil.

Antônio Torres busca reintegrar a etnia indígena através de seu personagem central, o índio Cunhambebe, agindo na direção de uma re-significação da memória dos vencidos. Já em seu primeiro capítulo (*O Canibal e os Cristãos*), o autor esclarece o desafio a que se propõe:

Quando os brancos, os intrusos no paraíso, deram com os seus costados nestas paragens ignotas, não sabiam que eles existiam há 15 ou 20 mil anos e que eram 5 milhões, dos quais pouco ou nada iria restar para contar a história.

Como os índios não dominavam a escrita, seu destino sobre a terra esfumou-se em lendas. Se sabemos alguma coisa a respeito deles, é graças aos relatos daqueles mesmos brancos, quase sempre delirantes, pautados pelo exagero e eivados de suspeição, num desvario tresloucado de que não está imune o narrador que vos fala (...) (Torres, 2004, p.09).

O romance lança dúvidas sobre a visão idílica do índio e sobre aspectos dos discursos dos vencedores, em críticas à sociedade grafocêntrica e seus registros, à História e suas exclusões e aos comprometimentos dos documentos históricos. Por isso mesmo, ao se valer destes documentos para compor sua narrativa, a literatura está colocando tais matérias sob revisão e atualização.

Nietzsche, em sua *Segunda Consideração Intempestiva*, afirma que:

Um fenômeno histórico, conhecido pura e completamente e dissolvido em um fenômeno do conhecimento, está morto para aquele que o conheceu: pois ele reconheceu nele a ilusão, a injustiça, a paixão cega e em geral todo

o horizonte profano envolto em obscuridade daquele fenômeno, e, ao mesmo tempo, justamente aí o seu poder tornou-se agora impotente – mas talvez ainda não para o vivente (Nietzsche, 2003, p.17).

O filósofo desarticula a idéia de uma História definitiva e da possibilidade apreensão da totalidade de um fenômeno histórico, isto é há necessidade de reescrever a História e, ainda, reconhecer seus aspectos tendenciosos.

Ao tratar *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, subtítulo de sua *Segunda Consideração Intempestiva* (2003), Nietzsche afirma que nem sempre a história é pertinente ao indivíduo, indicando, inclusive, um excesso de história. Por isso, também que há três tipos de história: a *monumental*, *antiquária* e a *crítica*, sendo a última a preferível dentre as que foram elencadas.

Sobre a história crítica, dirá Nietzsche (2003, p.30):

Aqui fica claro o quão necessariamente o homem, ao lado do modo monumental e antiquário de considerar o passado, também precisa muito frequentemente de um terceiro modo, o modo crítico: e, em verdade, este também uma vez mais a serviço da vida. Ele precisa ter a força e aplica-la de tempos em tempos para explodir e dissolver um passado, a fim de poder viver: ele alcança um tal efeito conforme traz o passado para diante do tribunal, inquirindo-o penosamente e finalmente condenando-o; no entanto, todo passado é digno de ser condenado – pois é assim que se passa com as coisas humanas: sempre houve nelas violência e fraqueza humanas potentes.

A história, de acordo com a análise de Nietzsche, sendo passível de erros e paixões, está longe de configurar a isenção, a neutralidade ou a exatidão tão reclamadas pela noção de Verdade histórica das visões positivistas.

Através de *Meu Querido Canibal*, o autor aciona a polifonia dos discursos históricos e revisita a *Confederação dos Tamoios*, ao tempo que desmistifica preconceitos secularizados contra a alteridade indígena, pois na obra diz-se a respeito dos índios: “Nem burros, nem broncos. Muito pelo contrário. Eram inteligentes, argutos e raciocinavam com muita lucidez.” (p. 21). A narrativa segue mostrando a recepção estratégica e inteligente dos povos indígenas frente aos empréstimos culturais com os outros povos e as opções conscientes diante de trocas simbólicas.

Uma vez derrotada a *Confederação dos Tamoios*, por Mem de Sá, em 1567, a história dos índios brasileiros viria a ser abafada, mas não sem descrever movimentos de luta e resistência.

É preocupação recorrente da narrativa de Antônio Torres deslocar o foco dos epítetos

historicamente construídos para saudar as personalidades da versão hegemônica de nossa História. Apontando dicotomias (muitas vezes, contradições), afirmará o narrador de *Meu querido canibal*:

Invejosos da aliança entre franceses e tupinambás, que atrapalhava os seus planos de ocupação definitiva e domínio da terra recém-achada, os portugueses entraram em polvorosa. E começaram a enfrentar os franceses com uma guerra de palavras pior do que briga de vizinho. O padre José de Anchieta, o jesuíta a serviço d'el rei, com uma cruz na mão e uma espada na outra, foi um dos principais intérpretes desse sentimento: “A vida dos franceses que estão neste Rio é já não somente apartada da Igreja católica” – escreveu ele à Corte, em Lisboa -, “mas também feita selvagem; vivem conforme aos índios, comendo, bebendo, bailando e cantando com eles; pintam-se com suas tintas pretas e vermelhas, adornando-se com as penas dos pássaros, andando nus às vezes, só com uns calções, e finalmente matando contrários, segundo o rito dos mesmos índios, e tomando nomes novos como eles, de maneira que não lhes falta mais que comer carne humana, que no mais sua vida é corruptíssima...” (Torres, 2004, p.23).

Aqui o sacerdote de tão alardeada bondade é lembrado por seu apoio às atrocidades contra os índios, pela ambigüidade de suas intenções, no sentido de propor uma salvação que mais se relacionam com a condenação à morte, à miséria e ao cativeiro das populações indígenas e das punições sugeridas contra os franceses.

Os interesses lusitanos mostram-se mascarados pelo nome de Deus, justificando massacres e desapropriações de terras, bens e liberdade. O outro, a alteridade, é algo posto na posição do praticante da heresia, isto é, o herege.

A antropofagia enquanto ato culturalmente dado, com cargas simbólicas específicas, é tratada de modo desdenhoso pelo Padre Anchieta e usado como pretexto dos povos europeus que aportam no Brasil, para decretar a escravidão indígena e sua condição de existência, a qual tratava o índio como não humano.

A antropofagia abordada em *Terra Papagalli* e em *Meu querido canibal* perfazem certa metalinguagem, pois que os autores destas obras não hesitam em devorar vários modelos literários, dos quais a Literatura de Informação e as tendências da escrita do século XVI, descrevendo um caminho conscientemente escolhido para ressignificar as verdades instituídas.

Nietzsche retoma as necessidades educacionais de manipular as Verdades sob um véu de mentiras necessárias, às quais o filósofo encara com desconfiança:

Sim, como se pudéssemos nos apropriar do estilo e das artes do passado,

de seu modo de vida próprio, enquanto passeantes distraídos no interior da história! Sim, como se a vida mesma não fosse um ofício que, do mais profundo, precisa ser aprendido constantemente e exercitado sem comiseração, se é que ele não deve deixar ignorantes e tagarelas saírem do ovo!

Platão considerava indispensável que a primeira geração de sua nova sociedade (no estado perfeito) fosse educada com a ajuda de vigorosas mentiras necessárias (...) É impossível se rebelar contra este passado! (Nietzsche, 2003, pp 92-93).

A uma mentira necessária Nietzsche contrapõe uma verdade necessária, revelando que estes dois conceitos, no âmbito da História, se envolvem e se confundem.

Ao questionar o passado e a narrativa histórica sobre este passado, os autores ora tratados não vão se apropriar vagamente de estilos nem empreender impossíveis resgates da História, mas entrar no terreno da interpretação da narrativa histórica, dando a voz aos agentes historicamente silenciados.

Ao retomar modelos de escrita, as narrativas dinamizam a História e tiram estes modelos da estagnação do elemento “datado”, assumindo um lugar na disputa pela memória, pois que demonstram os muitos “esquecimentos”, desafiando a noção de Verdade e a História como seu sinônimo.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da História para a vida**. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

TORERO, José Roberto & PIMENTA, Marcus Aurelius. **Terra Papagalli: narração para preguiçosos leitores da luxuriosa, irada, soberba, invejável, cobiça e gulosa história do primeiro rei do Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

TORRES, Antônio. **Meu querido canibal**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.